PROJETO DE LEI Nº 6.787, DE 2016

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário, e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA N.º DE 2017 (do Sr. Deputado Darcísio Perondi)

Emenda Aditiva para acrescentar o parágrafo único do art. 317, passando a ter a seguinte redação:

Art. 317 - O exercício remunerado do magistério, em estabelecimentos particulares de ensino, exigirá apenas habilitação legal.

Parágrafo único. O exercício de atividade docente na educação superior não se sujeita à inscrição do professor em órgão de regulamentação profissional.

JUSTIFICAÇÃO

Não há necessidade de registro do professor no Ministério da Educação. As condições para o professor ministrar aula já estão disciplinadas na Lei nº 9.394, de 1996, que não condiciona o registro no Ministério da Educação. Em relação ao magistério do Ensino superior, o Decreto nº 5773, de 2006, no art. 69, já não sujeita a inscrição do professor em órgão de regulamentação profissional.

Sala das Comissões, em de de 2017.

Darcísio Perondi
Deputado Federal